

Cartório de Imóveis
20.º Ofício
Comarca de Camaçari - Ba.
Maíse Campos Sarlo
Oficial

SEGUNDA RERATIFICAÇÃO DE ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE
DEBÊNTURES NÃO CONVÊRSÍVEIS COM GARANTIA FLUTUANTE DA
DÉCIMA EMISSÃO DE COPENE – PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A.

COPENE – PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A., companhia aberta, com sede na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno 1561, Pólo Petroquímico, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 42.150.391/0001-70, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

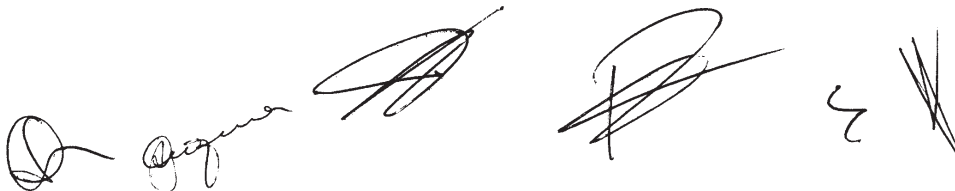
PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro 99, 16º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu estatuto social, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Debêntures");

resolvem celebrar a segunda reratificação da "Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis com Garantia Flutuante da Décima Emissão de Copene – Petroquímica do Nordeste S.A." datada de 2 de outubro de 2001, conforme reratificada pelo "Instrumento Particular de Reratificação de Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis com Garantia Flutuante da Décima Emissão de Copene – Petroquímica do Nordeste S.A." datado de 11 de dezembro de 2001, que, nos termos desta "Segunda Reratificação da Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis com Garantia Flutuante da Décima Emissão de Copene – Petroquímica do Nordeste S.A." ("Escritura de Emissão"), passa, para todos os fins de direito, a constar com os seguintes termos e condições:

I

DA AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 10 de setembro de 2001 e concluída em 24 de setembro de 2001, da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 7 de dezembro de 2001, das reuniões do conselho fiscal da Emissora realizadas em 30 de agosto de 2001 e 3 de dezembro de 2001, e da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 19 de dezembro de 2001.
- 1.2 As assembléias gerais extraordinárias dos acionistas da Emissora que deliberaram sobre a presente emissão delegaram ao conselho de administração da Emissora competência para (i) deliberar, se necessário,



Cartório de Imóveis
2º Ofício
Comarca de Camaçari - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

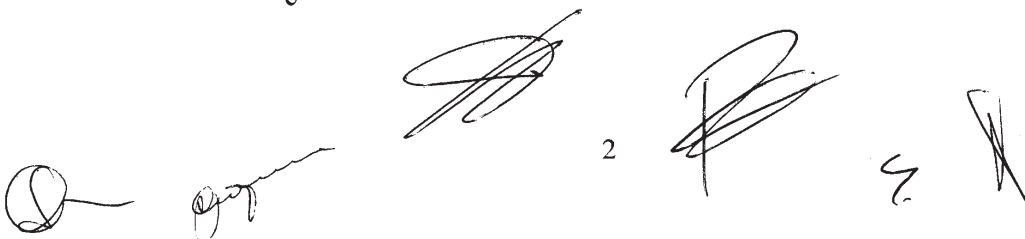
sobre alterações de determinadas condições das Debêntures aqui dispostas, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei n.º 6.404/76"); (ii) fixar o número de Debêntures de cada série de acordo com o resultado do processo de *bookbuilding* a que se referem as Cláusulas 4.4.2.1 e 5.4.1.2 abaixo, observado o valor total da emissão aprovado nas assembléias mencionadas na Cláusula 1.1 acima; e (iii) cancelar as Debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria, neste caso após declaração do Agente Fiduciário sobre a regularidade do cancelamento.

II

DOS REQUISITOS

2.1 A emissão das Debêntures será feita com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas das assembléias gerais extraordinárias*. As atas das assembléias gerais extraordinárias que deliberaram sobre a emissão das Debêntures deverão ter sido arquivadas na Junta Comercial do Estado da Bahia e publicadas no "Diário Oficial do Estado da Bahia", no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional e no jornal "A Tarde";
- II. *registro desta Escritura de Emissão*. A presente Escritura de Emissão deverá ter sido registrada no competente cartório de registro de imóveis da Comarca de Camaçari, Estado da Bahia;
- III. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")*. A emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- IV. *registro no Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix") e no Sistema Nacional de Debêntures ("SND")*. A emissão deverá ter sido registrada para negociação no mercado secundário por meio do Bovespa Fix, administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLIC"), e do SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto ("ANDIMA"), e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP");
e



Cartório de Imóveis

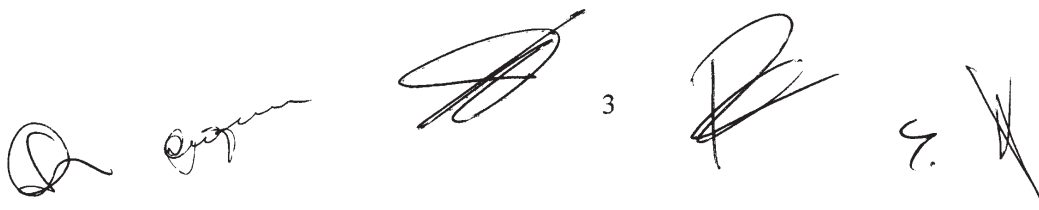
2º Oficial
Comarca de Camaçari - Ba.
Matheus Campos Sario
Oficial

- V. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID")*. A emissão deverá ter sido registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID aprovado em assembléia geral realizada em 27 de agosto de 1998.

III

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS DUAS SÉRIES

- 3.1 *Objeto social da Emissora*. A Emissora tem por objeto social (i) fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos e petroquímicos; (ii) produção de bens utilizáveis pelas empresas componentes do Pólo Petroquímico do Nordeste tais como, fornecimento de vapor, águas, ar comprimido, gases industriais, energia elétrica, assim como a prestação de serviços diversos às mesmas empresas; (iii) participação em outras sociedades, como sócia cotista ou acionista; e (iv) fabricação, distribuição, comercialização, importação e exportação de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e outros derivados de petróleo.
- 3.2 *Número da emissão*. Esta Escritura de Emissão representa a décima emissão de debêntures da Emissora.
- 3.3 *Valor total da emissão*. O valor total desta emissão é de R\$625.000.000,00 (seiscentos e vinte e cinco milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 3.4 *Valor nominal*. As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal"), sendo que sempre que houver previsão, nesta Escritura de Emissão, sobre atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures de determinada série, a referência a Valor Nominal deverá ser entendida como sendo referência ao Valor Nominal devidamente atualizado de tais Debêntures.
- 3.5 *Quantidade*. Serão emitidas 6.250 (seis mil duzentos e cinquenta) Debêntures.
- 3.6 *Séries*. A emissão será realizada em duas séries. A primeira série será composta de 4.108 (quatro mil cento e oito) Debêntures e a segunda série de 2.142 (dois mil cento e quarenta e dois) Debêntures. O número de Debêntures de cada série foi determinado de acordo com o resultado do processo de *bookbuilding* a que se referem as Cláusulas 4.4.2.1 e 5.4.1.2 abaixo. A Emissora não poderá colocar as Debêntures da segunda série antes

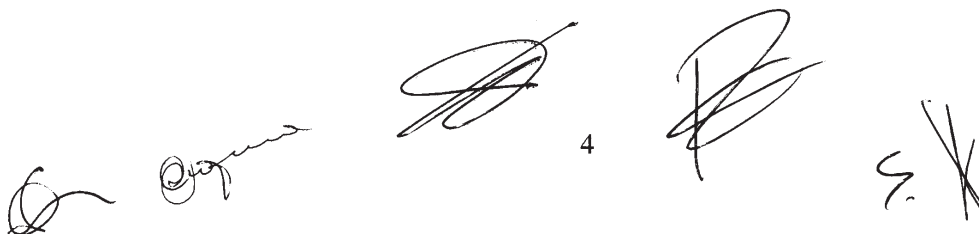
The block contains several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures is a circular stamp with the text "PRODUZIDO PELA" at the top, "www.underwriting.com.br" in the middle, and "PEFRAN PUBLICIDADE" at the bottom.

Cartório de Imóveis

1º Ofício
Comarca de Salvador - Ba.
Maise Campos Sarto
Oficial

de colocadas todas as Debêntures da primeira série ou cancelado o saldo não colocado.


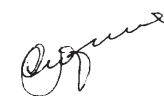
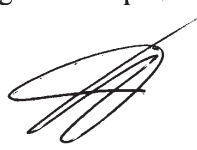



- 3.7 *Conversibilidade e forma.* As Debêntures serão não conversíveis em ações, emitidas sob a forma escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, ou por qualquer outra instituição financeira ou entidade autorizada a prestar tal serviço que, por decisão mútua do conselho de administração da Emissora e do Agente Fiduciário, venha a substituí-lo ("Instituição Depositária"). Adicionalmente, para as Debêntures depositadas no SND, será expedido pelo SND o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures depositadas na CBLC, será expedido pela CBLC relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem depositadas na CBLC.
- 3.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, assegurando privilégio geral sobre o ativo da companhia, nos termos do artigo 58 da Lei n.º 6.404/76.
- 3.8.1 *Limite de emissão.* O capital social da Emissora nesta data é de R\$1.201.589.666,71 (um bilhão, duzentos e um milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e um centavos), estando a presente emissão, portanto, dentro dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76.
- 3.9 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, devendo a distribuição ser efetivada de acordo com o resultado do processo de *bookbuilding* organizado pelos coordenadores desta emissão ("Coordenadores") nos termos das Cláusulas 4.4.2.1 e 5.4.1.2 abaixo, de acordo com o resultado verificado em tal procedimento, observado, entretanto, que as Debêntures da segunda série não serão colocadas antes de colocadas todas as Debêntures da primeira série ou cancelado o saldo não colocado.
- 3.9.1 *Direito de preferência.* Não haverá direito de preferência ou prioridade para subscrição das Debêntures pelos acionistas da Emissora.



4



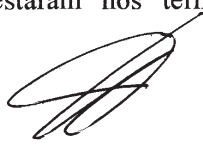
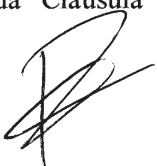


Cartório de Imóveis
20.º Ofício
Comarca de Caruaru - Ba.
Márcia Campos Sarlo
Oficial

- 3.10 *Data de emissão.* A data de emissão das Debêntures será 1º de outubro de 2001 ("Data de Emissão").
- 3.11 *Prazo e data de vencimento.* O prazo de vencimento das Debêntures será de 5 (cinco) anos, contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2006 ("Data de Vencimento").
- 3.12 *Prazo de subscrição e forma de integralização.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a publicação dos anúncios de início de distribuição, as Debêntures serão subscritas na data de publicação do segundo anúncio de início de distribuição ("Data de Subscrição"). A subscrição será efetuada unicamente por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP. As Debêntures serão subscritas à vista e em moeda corrente nacional, na Data de Subscrição, pelo seu Valor Nominal (devidamente atualizado de acordo com as disposições da Cláusula 5.4.2 abaixo, quando se tratar de Debêntures da segunda série) acrescido da remuneração a que fizerem jus (*i.e.*, Remuneração da Primeira Série ou Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo) e, em conjunto, doravante simplesmente "Remuneração"), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Subscrição.
- 3.13 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário no Bovespa Fix e no SND.
- 3.14 *Resgate antecipado facultativo.* A Emissora poderá resgatar antecipadamente as Debêntures, total ou parcialmente, a qualquer tempo a partir do 6º (sexto) mês contado da Data de Emissão, observadas as regras estabelecidas pela CVM, mediante pagamento (i) do Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração, do Bônus, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão; e (ii) de prêmio de reembolso equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento), incidente sobre o valor apurado de acordo com o item (i) acima, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de resgate. O resgate parcial será realizado mediante sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis, devendo permanecer em circulação, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures originalmente subscritas e colocadas, caso contrário o resgate deverá ser total. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas. A Emissora compromete-se a não realizar nova emissão no mercado de capitais local antes de 90 (noventa) dias contados a partir da data do exercício do direito de resgate antecipado facultativo.

   5   

Cartório de Imóveis
Ofício
Comarca de Ilhéus - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

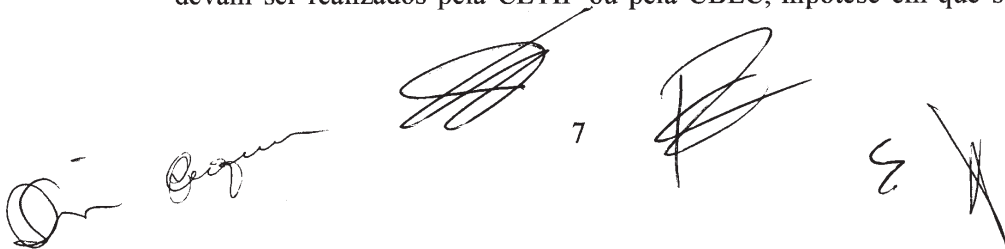
- 3.15 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação por preço não superior ao seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, do Bônus, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76, obrigando-se, entretanto, a não exercer esse direito em cada período entre 31 de março de 2002, 30 de junho de 2002 e 30 de setembro de 2002 e o décimo dia útil posterior à respectiva data de divulgação das demonstrações financeiras da Emissora referentes a cada um dos trimestres encerrados em tais datas (*i.e.*; 31 de março de 2002, 30 de junho de 2002 e 30 de setembro de 2002). As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures da mesma série em circulação.
- 3.16 *Aquisição ou resgate obrigatório.* Observado o disposto nas Cláusulas 3.16.1, 3.16.2 e 3.16.3 abaixo, na hipótese de perda ou não exercício do poder de controle (conforme definição prevista no artigo 116 da Lei n.º 6.404/76), direto ou indireto, isolado ou em conjunto, da Odebrecht S.A. sobre a Emissora, a Emissora obriga-se a adquirir ou resgatar a totalidade das Debêntures em circulação dos debenturistas que, à exclusiva opção destes, manifestarem interesse em vender todas ou parte das Debêntures de que são titulares.
- 3.16.1 Ocorrendo o disposto na Cláusula 3.16 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado da data da comunicação do evento pela Emissora ao Agente Fiduciário nos termos da alínea (h) do inciso I da Cláusula 8.1 abaixo, anúncio nos termos da Cláusula 3.21 abaixo, informando a ocorrência do evento e solicitando que os debenturistas manifestem, por meio do SND ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam depositadas no SND ou na CBLC, ou por meio da Instituição Depositária (caso as Debêntures não estejam depositadas no SND ou na CBLC), no prazo de 10 (dez) dias úteis contado da data da publicação do anúncio ("Prazo de Manifestação"), sua intenção de ter todas ou parte das Debêntures de que são titulares adquiridas ou resgatas pela Emissora, e, quando for o caso, a quantidade de Debêntures a serem adquiridas pela Emissora.
- 3.16.2 A Emissora obriga-se a adquirir ou resgatar as Debêntures dos debenturistas que se manifestaram nos termos da Cláusula 3.16.1 acima, mediante

   6   

Cartório de Imóveis
De Ofício
Carmen de Araújo - Ba.
Márcia Campos Sarlo
Oficial

pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, do Bônus, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contado da data de término do Prazo de Manifestação.

- 3.16.3 A falta de manifestação por parte dos debenturistas no Prazo de Manifestação ou a manifestação relativa a somente parte das Debêntures de que forem titulares, será considerada aceitação, por tais debenturistas, da ocorrência do evento previsto na Cláusula 3.16 acima com relação às Debêntures que não tiverem sido indicadas para venda ou resgate nos termos da Cláusula 3.16.1 acima.
- 3.17 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas por força da presente Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- 3.18 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 3.19 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração, ao Bônus, se houver, e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam depositadas no SND ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.
- 3.20 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente









Cartório de Imóveis

2º Oficial
Comarca de Camaçari - Ba.
Márcio Campos Sário
Oficial

haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados nacionais, feriados bancários nacionais, sábados ou domingos.

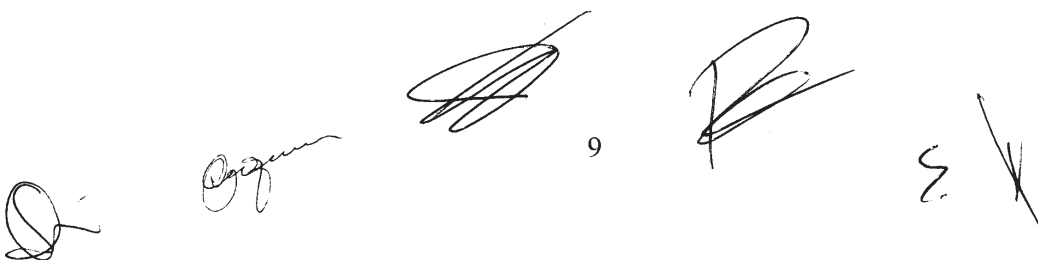
- 3.21 *Publicidade.* Exceto os anúncios de início e de encerramento de distribuição, que serão publicados somente no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado da Bahia, no jornal "A Tarde" e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data da última publicação do aviso.
- 3.22 *Vencimento antecipado.* Observado o disposto nas Cláusulas 3.22.1 e 3.22.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso III abaixo, dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.17 acima, de acordo com o previsto na Cláusula 3.22.2 abaixo) do Bônus, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:
- I. decretação de falência da Emissora, de qualquer controladora da Emissora, direta ou indireta, ou de qualquer controlada da Emissora, direta ou indireta, ou pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora, qualquer controladora da Emissora, direta ou indireta, ou por qualquer controlada da Emissora, direta ou indireta;
 - II. decretação de falência de coligadas da Emissora, ou pedido de concordata preventiva formulado por coligadas da Emissora;
 - III. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da Remuneração, do Bônus, se houver, ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da respectiva data de vencimento original;
 - IV. falta de cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão (que não seja a de pagar mencionada no inciso III acima, a de observar os limites e índices financeiros previstos nas Cláusulas 7.1 e seguintes abaixo ou, ainda, as obrigações previstas nos incisos XX a XXII da Cláusula 8.1 abaixo, que não estão sujeitas ao disposto neste inciso), não sanada em 5

   8   

Cartório de Imóveisdo Ofício
Comarca de São Paulo - Ba.
Maise Campos Sarto
Oficial

(cinco) dias úteis contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário;







- V. descumprimento dos limites e índices financeiros previstos na Cláusula 7.1 abaixo;
- VI. as declarações previstas na Cláusula 11.1 abaixo provarem-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas;
- VII. protesto legítimo de títulos contra a Emissora, qualquer controladora da Emissora, direta ou indireta, ou qualquer controlada ou coligada da Emissora, direta ou indireta, cujo valor unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas) atualizado anualmente, a partir desta data, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora ou pela controladora, controlada ou coligada, direta ou indireta, da Emissora, conforme o caso, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados for objeto de depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da sua ocorrência;
- VIII. a Emissora, qualquer controladora da Emissora, direta ou indireta, ou qualquer controlada ou coligada da Emissora, direta ou indireta, deixar de pagar quaisquer dívidas financeiras em valor agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), atualizado anualmente, a partir desta data, pelo IGP-M, se tal não pagamento não for sanado no prazo de até 15 (quinze) dias contado da data de vencimento de tal pagamento;
- IX. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, de qualquer controladora da Emissora, direta ou indireta, ou de qualquer controlada ou coligada da Emissora, direta ou indireta, cujo montante possa na opinião razoável e fundamentada dos debenturistas, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão;
- X. as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;



Cartório de Imóveis
Ofício
Comarca de Camaçari - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

- XI. a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos debenturistas reunidos em assembléia;
- XII. ocorrência de mudança na condição financeira ou nas perspectivas dos negócios da Emissora que, na opinião razoável e fundamentada dos debenturistas reunidos em assembléia, afete ou possa afetar, de qualquer forma, a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- XIII. falta de cumprimento por parte da Emissora, durante a vigência desta Escritura de Emissão, das leis, normas e regulamentos ambientais, que afetem ou possam afetar, de qualquer forma, a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- XIV. qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou conjunto de decisões ou sentenças judiciais transitadas em julgado em qualquer período de 12 (doze) meses, que condene a Emissora, suas controladas e/ou coligadas, diretas ou indiretas, ao pagamento de valor igual ou superior a 20% (vinte por cento) do EBITDA Consolidado da Emissora (conforme definido na Cláusula 7.2 abaixo), ou o não pagamento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, suas controladas e/ou coligadas, diretas ou indiretas, em valor superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), atualizado anualmente, a partir desta data, pelo IGP-M, no prazo de até 15 (quinze) dias contado da data estipulada para pagamento; e
- XV. não cumprimento das obrigações previstas nos incisos XX a XXII da Cláusula 8.1 abaixo.

3.22.1 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I, III, VI, VIII, X, XI e XV da Cláusula 3.22 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos II, IV, V, VII, IX, XII a XIV da Cláusula 3.22 acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado da data em que for constatada sua ocorrência, assembléia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembléia de debenturistas, os debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação,

   10   

Cartório de Imóveis
20 Oficial
Comarca de Camapari - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

- 3.22.2 Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso III da Cláusula 3.22 acima, dos encargos moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, do Bônus, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 10 (dez) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 13.1 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.17 acima, que, na hipótese prevista no inciso III da Cláusula 3.22 acima, serão calculados desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados.

IV

DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE

- 4.1 *Quantidade.* A primeira série será composta por 4.108 (quatro mil cento e oito) Debêntures. O número de Debêntures da primeira série foi fixado de acordo com o resultado do processo de *bookbuilding* a que se refere a Cláusula 4.4.2.1 abaixo.
- 4.2 *Prazo e Data de Vencimento.* O prazo de vencimento das Debêntures da primeira série será de 5 (cinco) anos, contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2006 ("Data de Vencimento da Primeira Série").
- 4.3 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento da Primeira Série.
- 4.4 *Remuneração.* Observado o disposto nas Cláusulas 4.4.1 a 4.4.4 abaixo no que se refere ao Primeiro Período de Remuneração da Primeira Série (conforme definido abaixo), as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal, à taxa remuneratória pré-fixada ou pós-fixada, acrescida ou não de sobretaxa ("Remuneração da Primeira Série"), observada a legislação em vigor, de






Cartório de Imóveis
do Ofício
Comarca de Salvador - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

acordo com o que vier a ser determinado pelo conselho de administração da Emissora, que também definirá (i) o período de incidência durante o qual a respectiva Remuneração permanecerá inalterada ("Período de Remuneração da Primeira Série"); e (ii) a periodicidade de pagamento da Remuneração da Primeira Série durante o respectivo Período de Remuneração da Primeira Série. Cada Período de Remuneração da Primeira Série subsequente ao Primeiro Período de Remuneração da Primeira Série terá início no último dia do Período de Remuneração da Primeira Série anterior e encerramento em data a ser determinada pelo conselho de administração da Emissora, não posterior a Data de Vencimento da Primeira Série, e assim sucessivamente. O prazo final do último Período de Remuneração da Primeira Série deve coincidir com a Data de Vencimento da Primeira Série.

4.4.1 *Primeiro Período de Remuneração da Primeira Série.* O Primeiro Período de Remuneração da Primeira Série terá início na Data de Emissão e encerramento 36 (trinta e seis) meses após a Data de Emissão, encerrando-se, portanto, em 1º de outubro de 2004 ("Primeiro Período de Remuneração da Primeira Série").

4.4.2 *Remuneração do Primeiro Período de Remuneração da Primeira Série.* A Remuneração da Primeira Série para o Primeiro Período de Remuneração da Primeira Série será equivalente a 110% (cento e dez por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional ("Taxa DI"), definida de acordo com o disposto na Cláusula 4.4.2.1 abaixo. A Remuneração da Primeira Série para o Primeiro Período de Remuneração da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.

4.4.2.1 *Bookbuilding.* Para definição da Remuneração da Primeira Série para o Primeiro Período de Remuneração da Primeira Série e do número de Debêntures da primeira série foi adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores. Encerrado o processo de *bookbuilding*, o conselho de administração da Emissora ratificou em reunião a Remuneração da Primeira Série para o Primeiro Período de Remuneração da Primeira Série apurada no processo de *bookbuilding*, utilizando-se dos poderes para deliberar sobre determinadas condições da emissão que, nos termos da Lei n.º 6.404/76, lhe foram delegados na assembléia geral extraordinária a que se refere a Cláusula 1.1 acima. A critério da Emissora, o procedimento de

   12  2 

Cartório de Imóveis

2º Ofício
Comarca de Curitiba - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

bookbuilding previsto nesta Cláusula 4.4.2.1 poderá ser adotado para fins de determinação da Remuneração da Primeira Série para os demais Períodos de Remuneração da Primeira Série.

4.4.3 *Periodicidade de pagamento da Remuneração durante o Primeiro Período de Remuneração da Primeira Série.* Durante o Primeiro Período de Remuneração da Primeira Série a Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de abril de 2002 e o último em 1º de outubro de 2004.

4.4.4 *Fórmula de cálculo da Remuneração do Primeiro Período de Remuneração da Primeira Série.* A Remuneração da Primeira Série para o Primeiro Período de Capitalização deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \dots \times f_j) - 1]$$

Onde:

JR = valor da Remuneração da Primeira Série a ser paga nas datas dos seus respectivos vencimentos;

VN = Valor Nominal da Debênture no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo);

$(f_1 \times f_2 \dots \times f_j)$ = fator de variação acumulado da Taxa DI, entre a data de início (inclusive) e data final (exclusive) do Período de Capitalização, calculado conforme fórmula abaixo:

$$f_j = 1 + \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{d_j}{252}} - 1 \right] \times S \right\}$$







Onde:

f_j = fator da Taxa DI referente ao dia "j";

Taxa DI_j = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "j";

d_j = prazo definido para a Taxa DI_j; e

S = 110% (cento e dez por cento) da Taxa DI, fixada de acordo com o procedimento previsto na Cláusula 4.4.2.1 acima.

   13   

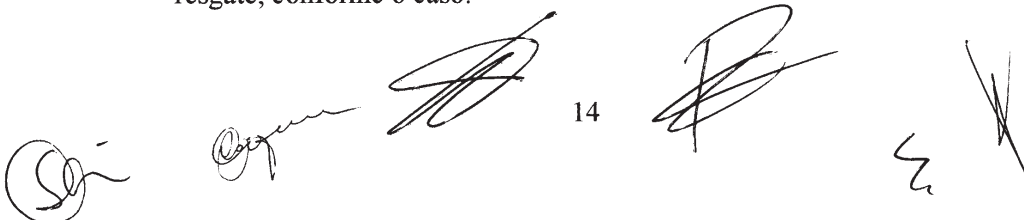
Cartório de Imóveis

2º Oficial
Comarca de Salvador - Ba
Mário Campos Sario
Oficial

Define-se "Período de Capitalização" da Remuneração o intervalo de tempo durante o qual a Remuneração será acumulada de forma exponencial. O valor da Remuneração será agregado ao Valor Nominal para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures.

4.4.5 *Não divulgação, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI.* Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da data de apuração do valor de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será aplicado na apuração do fator "fj" o último valor da Taxa DI que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI que deveria ter sido aplicada para o cálculo de tal obrigação pecuniária da Emissora.

4.4.5.1 Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua divulgação, de extinção da Taxa DI, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de debenturistas titulares das Debêntures da primeira série, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contado da data do evento que der causa à convocação da referida assembléia geral de debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da primeira série a ser aplicado, que, além de preservar o valor real das Debêntures da primeira série, remunerar-as nos mesmos níveis anteriores. Caso os debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures da primeira série em circulação, não aprovem a proposta da Emissora sobre o novo parâmetro, as Debêntures da primeira série em circulação deverão ser resgatadas na sua totalidade pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração da Primeira Série até a data do seu efetivo pagamento, do Bônus (conforme definido na Cláusula 7.3.1 abaixo), se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou da data de resgate, conforme o caso, fica desde já acordado que será utilizada na apuração do fator "fj" a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, no momento imediatamente anterior à data do evento que der causa à convocação da assembléia geral de debenturistas a que se refere esta Cláusula, calculada *pro rata temporis* desde a data do evento até a data em que os debenturistas e a Emissora chegarem a um acordo quanto ao novo parâmetro, ou até a data de pagamento do valor de resgate, conforme o caso.



14

Cartório de Imóveis
20 Oficial
Comarca de Salvador - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

- 4.5 *Repactuação.* Observados os demais termos e condições previstos nesta Cláusula 4.5, ao término de cada Período de Remuneração da Primeira Série a Emissora deverá repactuar com os debenturistas da primeira série os termos e condições aplicáveis ao Período de Remuneração da Primeira Série subsequente. A primeira repactuação ocorrerá em 1º de outubro de 2004, data de encerramento do Primeiro Período de Remuneração da Primeira Série. O conselho de administração da Emissora deliberará e comunicará aos debenturistas da primeira série, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data de encerramento do Primeiro Período de Remuneração da Primeira Série, e de cada Período de Remuneração da Primeira Série subsequente, as condições aplicáveis ao Período de Remuneração da Primeira Série seguinte.
- 4.5.1 As condições fixadas pelo conselho de administração da Emissora de acordo com o disposto na Cláusula 4.5 acima serão comunicadas aos debenturistas da primeira série na forma da Cláusula 3.21 acima, concedendo-se o prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da publicação da comunicação, para que os debenturistas da primeira série que não aceitarem as condições fixadas se manifestem por meio do SND ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam depositadas no SND ou na CBLC, ou por meio da Instituição Depositária (caso as Debêntures não estejam depositadas no SND ou na CBLC), indicando a quantidade de Debêntures da primeira série de sua titularidade a ser adquirida ou resgatada pela Emissora em decorrência de sua não aceitação aos termos da repactuação. A falta de manifestação por parte dos debenturistas no prazo a que se refere esta Cláusula, ou a manifestação relativa a somente parte das Debêntures da primeira de que forem titulares, será considerada aceitação, por tais debenturistas, aos termos da repactuação relativamente às Debêntures da primeira série que não forem indicadas nos termos desta Cláusula.
- 4.5.2 A Emissora obriga-se a adquirir ou resgatar as Debêntures da primeira série dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo conselho de administração da Emissora e que se manifestaram de acordo com o disposto na Cláusula 4.5.1 acima, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série aplicável até a data da aquisição ou resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração da Primeira Série até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer na data de encerramento do Período de Remuneração da Primeira Série que estiver vigorando na ocasião. A aquisição ou resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescida de prêmio de qualquer natureza. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos desta Cláusula poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser mantidas em tesouraria, canceladas ou novamente colocadas no mercado. As Debêntures

Cartório de Imóveis
2º Oficial
Comarca de Camaçari - Ba
Mateo Campos Sarlo
Oficial

adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures da primeira série em circulação.

V

DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE

- 5.1 *Quantidade.* A segunda série será composta por 2.142 (dois mil cento e quarenta e dois) Debêntures. O número de Debêntures da segunda série foi fixado de acordo com o resultado do processo de *bookbuilding* a que se refere a Cláusula 5.4.1.2 abaixo.
- 5.2 *Prazo e data de vencimento.* O prazo das Debêntures da segunda série será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2006 ("Data de Vencimento da Segunda Série").
- 5.3 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento da Segunda Série.
- 5.4 *Remuneração.* Observado o disposto nas Cláusulas 5.4.1 a 5.4.4 abaixo no que se refere ao Primeiro Período de Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal, à taxa remuneratória pré-fixada ou pós-fixada, acrescida ou não de sobretaxa ("Remuneração da Segunda Série"), observada a legislação em vigor, de acordo com o que vier a ser determinado pelo conselho de administração da Emissora, que também definirá (i) o período de incidência durante o qual a respectiva Remuneração permanecerá inalterada ("Período de Remuneração da Segunda Série"); e (ii) a periodicidade de pagamento da Remuneração da Segunda Série durante o respectivo Período de Remuneração da Segunda Série. Cada Período de Remuneração da Segunda Série subsequente ao Primeiro Período de Remuneração da Segunda Série terá início no último dia do Período de Remuneração da Segunda Série anterior e encerramento em data a ser determinada pelo conselho de administração da Emissora, não posterior a Data de Vencimento da Segunda Série, e assim sucessivamente. O prazo final do último Período de Remuneração da Segunda Série deve coincidir com a Data de Vencimento da Segunda Série.
- 5.4.1 *Primeiro Período de Remuneração da Segunda Série.* O primeiro Período de Remuneração da Segunda Série terá início na Data de Emissão e encerramento 36 (trinta e seis) meses após a Data de Emissão, encerrando-se,

Cartório de Imóveis
 2ª Oficial
 Comarca de Salvador - Ba.
Maise Campos Sarlo
 Oficial

portanto, em 1º de outubro de 2004 ("Primeiro Período de Remuneração da Segunda Série").

5.4.1.1 Remuneração do Primeiro Período de Remuneração da Segunda Série.

Durante o Primeiro Período de Remuneração da Segunda Série às Debêntures da segunda série serão conferidos juros remuneratórios de 13,25% (treze inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, definido de acordo com o disposto na Cláusula 5.4.2.1 abaixo, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da segunda série atualizado na forma da Cláusula 5.4.2 abaixo, calculados exponencialmente por dias úteis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, desde a Data de Emissão até a data de pagamento dos juros remuneratórios, de acordo com a fórmula abaixo.

Define-se:

"Período de Vigência de Juros" como o espaço de tempo durante o qual permanece constante o critério de apuração dos juros definido pelo conselho de administração ou pela assembléia geral extraordinária da Emissora, encerrando-se na data da correspondente repactuação, se houver.

"Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:



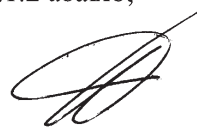


$$J = VN_a \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{n}{N}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização;

VN_a = Valor Nominal devidamente atualizado de acordo com as disposições da Cláusula 5.4.2 abaixo;

taxa = 13,25% (treze inteiros e vinte e cinco centésimos por cento), fixados de acordo com o procedimento previsto na Cláusula 5.4.1.2 abaixo;

   17  

Cartório de Imóveis

2º Ofício
Comarca de Camacari - Ba.
Márcia Campos Sarlo
Oficial

N = 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão e a primeira data de pagamento da Remuneração, ou número de dias úteis entre as datas de pagamento da Remuneração.

5.4.1.2 *Bookbuilding*. Para definição dos juros remuneratórios da Remuneração da Segunda Série para o Primeiro Período de Remuneração da Segunda Série e do número de Debêntures da segunda série foi adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores. Encerrado o processo de *bookbuilding*, o conselho de administração da Emissora ratificou em reunião a Remuneração da Segunda Série para o Primeiro Período de Remuneração da Segunda Série apurada no processo de *bookbuilding*, utilizando-se dos poderes para deliberar sobre determinadas condições da emissão que, nos termos da Lei n.º 6.404/76, lhe foram delegados na assembléia geral extraordinária a que se refere a Cláusula 1.1 acima. A critério da Emissora, o procedimento de *bookbuilding* previsto nesta Cláusula 5.4.1.2 poderá ser adotado para fins de determinação da Remuneração Segunda Série para os demais Períodos de Remuneração.

5.4.1.3 *Periodicidade de pagamento da Remuneração durante o Primeiro Período de Remuneração da Segunda Série*. Durante o Primeiro Período de Remuneração da Segunda Série a Remuneração da Segunda Série será paga em 3 (três) parcelas anuais, a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de outubro de 2002 e último pagamento em 1º de outubro de 2004.

5.4.2 *Atualização monetária*. O saldo do Valor Nominal unitário das Debêntures da segunda série será atualizado monetariamente pela variação do IGP-M, da Data de Emissão (inclusive) até a data do respectivo pagamento (exclusive), calculada *pro rata temporis* por dias corridos de acordo com a fórmula abaixo:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dep_1}{dct_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dep_2}{dct_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dep_n}{dct_n}} \right\}$$

onde:

Vna = saldo do Valor Nominal unitário atualizado;

Vne = saldo do Valor Nominal unitário na data de início de cada Período de Capitalização;

Cartório de Imóveis
 2ª. Oficial
 Comarca de Salvador - Ba
Maise Campos Sarlo
 Oficial

- NI_0 = valor do número-índice do mês anterior ao mês de início de atualização de cada Período de Capitalização;
- NI_1 = valor do número-índice do mês de início de atualização de cada Período de Capitalização⁽¹⁾;
- NI_2 = valor do número-índice do mês subsequente ao mês de início de atualização de cada Período de Capitalização;
- NI_n = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização⁽²⁾ utilizado até a data de aniversário da Debênture⁽³⁾. Após a data de aniversário, valor do IGP-M do mês de atualização;
- NI_{n-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês “n”;
- dcp = número de dias corridos da última data-base⁽⁴⁾, sendo esta a data de aniversário⁽⁵⁾ em cada mês, até a data de atualização; e
- dct = número de dias corridos contidos entre a última e a próxima data-base.

Observações:



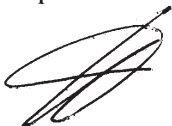


- (1) Considera-se Período de Capitalização o intervalo de tempo que inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.
- (2) Considera-se como mês de atualização, o mês compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos das Debêntures.
- (3) Considera-se como data de aniversário o dia da data de vencimento das Debêntures.
- (4) Considera-se como data base, a data de aniversário em cada mês.
- (5) Caso no mês de atualização o IGP-M não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível $\left(\frac{NI_{n-1}}{NI_{n-2}} \right)$.
- (6) O termo “número-índice” refere-se ao número-índice do IGP-M apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Cartório de Imóveis
2º Oficial
Comarca de São Paulo - Ba.
Maíse Campos Sarlo
Oficial

O IGP-M deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo. A aplicação do IGP-M incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

- 5.5 *Não divulgação, extinção ou impossibilidade legal de utilização do IGP-M.* Caso o IGP-M não esteja disponível quando da data de apuração do valor de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será aplicado o último IGP-M que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação do IGP-M que deveria ter sido aplicada para o cálculo de tal obrigação pecuniária da Emissora.

Na ausência da apuração e/ou divulgação do IGP-M por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua divulgação, de extinção do IGP-M, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de debenturistas titulares das Debêntures da segunda série, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contado da data do evento que der causa à convocação da referida assembléia geral de debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de atualização monetária das Debêntures da segunda série a ser aplicado, que, além de preservar o valor real das Debêntures da segunda série, remunerar-as nos mesmos níveis anteriores. Caso os debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures da segunda série em circulação, não aprovem a proposta da Emissora sobre o novo parâmetro, as Debêntures da segunda série em circulação deverão ser resgatadas na sua totalidade pelo seu Valor Nominal (atualizado de acordo com a Cláusula 5.4.2 acima), acrescido da Remuneração da Segunda Série devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, do Bônus (conforme definido na Cláusula 7.3.1 abaixo), se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou da data de resgate, conforme o caso, fica desde já acordado que será utilizado, para fins de correção monetária do Valor Nominal, a variação percentual do IGP-M verificada no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior à data do evento que der causa à convocação da assembléia geral de debenturistas a que se refere esta Cláusula, calculada *pro rata temporis* desde a data do evento até a data em que os debenturistas e a Emissora chegarem a um acordo

   20  




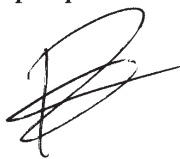

Cartório de Imóveis
2º Oficial
Comarca de São Paulo - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

quanto ao novo parâmetro, ou até a data de pagamento do valor de resgate, conforme o caso.

5.6 *Repactuação.* Observados os demais termos e condições previstos nesta Cláusula 5.6, ao término de cada Período de Remuneração da Segunda Série a Emissora deverá repactuar com os debenturistas da segunda série os termos e condições aplicáveis ao Período de Remuneração da Segunda Série subsequente. A primeira repactuação ocorrerá em 1º de outubro de 2004, data de encerramento do Primeiro Período de Remuneração da Segunda Série. O conselho de administração da Emissora deliberará e comunicará aos debenturistas da segunda série, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data de encerramento do Primeiro Período de Remuneração da Segunda Série, e de cada Período de Remuneração da Segunda Série subsequente, as condições aplicáveis ao Período de Remuneração da Segunda Série seguinte.

5.6.1 As condições fixadas pelo conselho de administração da Emissora de acordo com o disposto na Cláusula 5.6 acima serão comunicadas aos debenturistas da segunda série na forma da Cláusula 3.21 acima, concedendo-se o prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da publicação da comunicação, para que os debenturistas da segunda série que não aceitarem as condições fixadas se manifestem por meio do SND ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam depositadas no SND ou na CBLC, ou por meio da Instituição Depositária (caso as Debêntures não estejam depositadas no SND ou na CBLC), indicando a quantidade de Debêntures da segunda série de sua titularidade a ser adquirida ou resgatada pela Emissora em decorrência de sua não aceitação aos termos da repactuação. A falta de manifestação por parte dos debenturistas no prazo a que se refere esta Cláusula, ou a manifestação relativa a somente parte das Debêntures da segunda série de que forem titulares, será considerada aceitação, por tais debenturistas, aos termos da repactuação relativamente às Debêntures da segunda série que não forem indicadas nos termos desta Cláusula.

5.6.2 A Emissora obriga-se a adquirir ou resgatar as Debêntures da segunda série dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo conselho de administração da Emissora e que se manifestaram de acordo com o disposto na Cláusula 5.6.1 acima, pelo Valor Nominal (atualizado de acordo com as disposições da Cláusula 5.4.2 acima), acrescido da Remuneração da Segunda Série aplicável até a data da aquisição ou resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração da Segunda Série até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer na data de encerramento do Período de Remuneração da Segunda Série que estiver vigorando na ocasião. A aquisição ou resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescida de prêmio de qualquer natureza. As Debêntures

   21  

Cartório de Imóveis
2º Oficial
Comarca de Camaçari - Ba.
Maise Campos Sario
Oficial

adquiridas pela Emissora nos termos desta Cláusula poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser mantidas em tesouraria, canceladas ou novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração da Segunda Série das demais Debêntures da segunda série em circulação.

VI


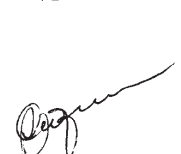



DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 6.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a distribuição das Debêntures serão aplicados na amortização ou, se possível, liquidação dos empréstimos de curto prazo estendidos pelo Banco ABN Real S.A. ("Banco ABN") e Banco Citibank S.A. ("Citibank") à Nova Camaçari Participações S.A. ("Nova Camaçari"), e posteriormente cedidos parcialmente ao ING Bank N.V., Filial São Paulo ("ING Barings") e assumidos pela Emissora por meio do "Instrumento Particular de Assunção de Obrigações", no valor de R\$1.201.363.109,19 (um bilhão, duzentos e um milhões, trezentos e sessenta e três mil, cento e nove reais e dezenove centavos), celebrado entre Nova Camaçari Participações S.A. e a Emissora, com anuência do ABN e do Citibank, em 27 de julho de 2001 ("Contrato de Assunção de Compromisso") e, ainda, por força da incorporação, pela Emissora, da Nova Camaçari, ocorrida em 28 de setembro de 2001. Os recursos necessários ao pagamento da diferença entre o saldo devedor dos empréstimos de curto prazo a que se refere esta Cláusula e o valor da presente emissão serão obtidos pela Emissora por meio de operação de Pré-Pagamento de Exportação, a ser contratada pela Emissora especialmente para tal fim ("Contrato de Pré-Pagamento").

VII

DOS LIMITES E ÍNDICES FINANCEIROS

- 7.1 Em 31 de dezembro de 2001 (inclusive), e em cada data indicada nos incisos I e II abaixo, a Emissora, independentemente de qualquer motivo, deverá estar enquadrada dentro dos seguintes limites e índices financeiros, a serem apurados conforme a Cláusula 7.5 abaixo:
- I. "Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Consolidado" de (i) até 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) vezes em 31 de dezembro de 2001;

   22  







Cartório de Imóveis
2º Ofício
Comarca de Salvador - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

(ii) até 4 (quatro) vezes ou, observado o disposto na Cláusula 7.3 abaixo, até 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) vezes, em 31 de março de 2002; 30 de junho de 2002; e 30 de setembro de 2002; (iii) até 4 (quatro) vezes em 31 de dezembro de 2002; 31 de março de 2003; 30 de junho de 2003; e 30 de setembro de 2003; e (iv) até 3,5 (três inteiros e cinco décimos) ao final de cada trimestre civil subsequente a 30 de setembro de 2003 até a Data de Vencimento; e

II. "EBITDA Consolidado/Despesas Financeiras Líquidas Consolidadas" de, no mínimo, 3 (três) em 31 de dezembro de 2001; 31 de março de 2002; 30 de junho de 2002; 30 de setembro de 2002; 31 de dezembro de 2002; 31 de março de 2003; 30 de junho de 2003; e 30 de setembro de 2003, e de, no mínimo, 3,5 (três inteiros e cinco décimos) ao final de cada trimestre civil subsequente a 30 de setembro de 2003 até a Data de Vencimento.

7.2 Para os efeitos da Cláusula 7.1 acima, aplicar-se-ão as seguintes definições:

I. "Dívida Líquida Consolidada": empréstimos e financiamentos, de curto e longo prazo; títulos descontados; títulos emitidos (incluindo debêntures e notas promissórias (*commercial papers*)); aceites; avais, fianças e outras garantias prestadas em favor de terceiros (excluídas as garantias fidejussórias (ainda que por meio de emissão de títulos de crédito) prestadas em favor de seus clientes em operações de financiamento à venda de seus produtos (*vendor financing*)); ações resgatáveis; créditos existentes cedidos com coobrigação e créditos futuros cedidos (com ou sem coobrigação); e obrigações de curto e longo prazo com a controladora da Emissora e com coligadas não consolidadas da Emissora, excluída a obrigação de longo prazo decorrente de uma única emissão de debêntures da espécie subordinada, e sem qualquer tipo de garantia adicional, a ser emitida pela Emissora após esta data, que não contemple vencimento antecipado, repactuações de qualquer espécie, direito de venda, aquisições ou resgates, voluntários ou mandatórios, e pagamentos de qualquer natureza, incluindo juros, principal e demais encargos, ainda que voluntários, enquanto existirem Debêntures desta emissão em circulação e/ou obrigações devidas nos termos do Contrato de Pré-Pagamento, conforme atestado pelo Agente Fiduciário, decrescidos das disponibilidades (*i.e.*, caixa e aplicações financeiras de curto prazo, excluídos valores a receber, sob qualquer forma, que tenham sua liquidação vinculada ou condicionada ao pagamento de créditos cedidos (existentes ou futuros));

   23   

Cartório de Imóveis

2º Oficial

Cidade de Salvador - Ba.

Mário Campos Sarlo

Oficial

- II. "EBITDA Consolidado": resultado operacional antes de despesas financeiras, tributárias, de depreciação e amortização, ao longo dos últimos 12 (doze) meses cobertos pelas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas disponíveis da Emissora (elaboradas segundo os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil), somado aos dividendos e aos juros sobre capital próprio distribuídos à Emissora por empresas cujos resultados não sejam consolidados aos da Emissora; e
- III. "Despesas Financeiras Líquidas Consolidadas" despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, reportadas pela Emissora ao Agente Fiduciário da emissão (excluídas as variações monetárias passivas), deduzidas das receitas financeiras calculadas pelo regime de competência (excluídas as variações monetárias ativas).

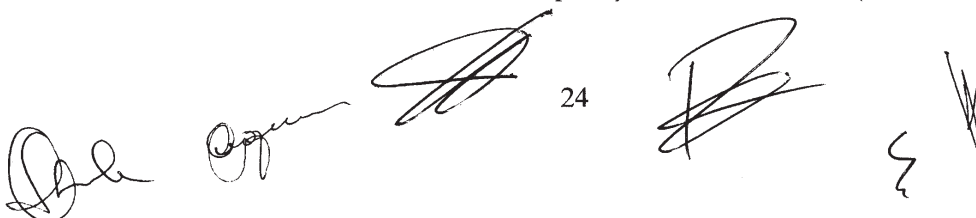
7.2.1. Em caso de aquisição, incorporação, fusão, cisão ou alienação de participações societárias pela Emissora e/ou por suas controladas, diretas ou indiretas, ocorrida no período de 12 (doze) meses imediatamente anterior a uma data de apuração dos limites e índices, o cálculo do "EBITDA Consolidado" e das "Despesas Financeiras Líquidas Consolidadas" será realizado mediante elaboração de demonstrativo de resultado consolidado "pró-forma" da Emissora e das empresas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, na respectiva data de apuração dos limites e índices, relativo ao período de 12 (doze) meses imediatamente anterior, de acordo com o disposto nas alíneas (a), (b) e (c) do inciso I da Cláusula 8.1 abaixo, de forma a sempre refletir (no caso de aquisição, incorporação ou fusão) ou excluir (no caso de cisão ou alienação) o resultado dessas empresas nos últimos 12 (doze) meses.

7.3 Independentemente do disposto na Cláusula 7.1 acima, e desde que a Emissora pague aos debenturistas um bônus a ser calculado e pago de acordo com a Cláusula 7.3.1 abaixo ("Bônus"), o índice Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Consolidado poderá ser de até 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) vezes em 31 de março de 2002, 30 de junho de 2002, e 30 de setembro de 2002.

7.3.1 O Bônus será calculado e pago da seguinte forma:

Debêntures da primeira série:

- I. o Bônus eventualmente devido com base nas demonstrações financeiras relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2002 será calculado através da aplicação da taxa de 0,5% (cinco décimos por

A series of handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature, a smaller signature, and several sets of initials.

24

Cartório de Imóveis

Ofício
Comarca de Camaçari - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

cento) ao ano, base 252 dias, considerando o número de dias (n) entre 1º de janeiro de 2002 e 1º de abril de 2002, incidente sobre o Valor Nominal das Debêntures da primeira série, acrescido da Remuneração da Primeira Série (PU) em 1º de abril de 2002. O valor do Bônus apurado em 1º de abril de 2002 será atualizado pelos mesmos critérios de Remuneração da Primeira Série (FR) durante o Primeiro Período de Remuneração da Primeira Série, desde 1º de abril de 2002 até 1º de outubro de 2002 (passando a ser divulgado para efeito de cálculo do PU somente a partir de 1º de junho de 2002), de acordo com a seguinte fórmula:

$$BÔNUS_{01/01/02}^{31/03/02} = \left\{ \left[(1,005^{n/252}) - 1 \right] \times PU_{01/04/02} \right\} \times FR_{01/04/02}^{01/10/02}$$

- II. o Bônus eventualmente devido com base nas demonstrações financeiras relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2002 será calculado através da aplicação da taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano, base 252 dias, considerando o número de dias úteis (n) entre 1º de abril de 2002 e 1º de julho de 2002, incidente sobre o Valor Nominal das Debêntures da primeira série, acrescido da Remuneração da Primeira Série (PU) em 1º de julho de 2002. O PU em 1º de julho de 2002 para efeito do cálculo do Bônus relativo ao segundo trimestre de 2002 não deverá contemplar o valor do Bônus referente ao primeiro trimestre de 2002. O valor do Bônus apurado em 1º de julho de 2002 será atualizado pelos mesmos critérios de Remuneração da Primeira Série (FR) durante o Primeiro Período de Remuneração da Primeira Série, desde 1º de julho de 2002 até 1º de abril de 2003 (passando a ser divulgado para efeito de cálculo do PU somente a partir de 1º de setembro de 2002), de acordo com a seguinte fórmula:

$$BÔNUS_{01/04/02}^{30/06/02} = \left\{ \left[(1,005^{n/252}) - 1 \right] \times PU_{01/07/02} \right\} \times FR_{01/07/02}^{01/04/03}$$

- III. o Bônus eventualmente devido com base nas demonstrações financeiras relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2002 será calculado através da aplicação da taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano, base 252 dias, considerando o número de dias úteis (n) entre 1º de julho de 2002 e 1º de outubro de 2002, incidente sobre o Valor Nominal das Debêntures da primeira série, acrescido da Remuneração da Primeira Série (PU) em 1º de outubro de 2002. O PU em 1º de outubro de 2002 para efeito do cálculo do Bônus relativo ao terceiro trimestre de 2002 não deverá contemplar o valor dos Bônus referentes ao primeiro e segundo trimestres de 2002. O valor do Bônus apurado em 1º de outubro de 2002 será atualizado pelos

Cartório de Imóveis

20.º Oficial
 Comarca de Salvador - Ba.
Maísa Campos Sario
 Oficial

mesmos critérios de Remuneração da Primeira Série (FR) durante o Primeiro Período de Remuneração de Primeira Série, desde 1º de outubro de 2002 até 1º de abril de 2003 (passando a ser divulgado para efeito de cálculo do PU somente a partir de 1º de dezembro de 2002), de acordo com a seguinte fórmula:

$$BÔNUS_{01/07/02}^{30/09/02} = \left\{ \left[\left(1,005^{n/252} \right) - 1 \right] \times PU_{01/10/02} \right\} \times FR_{01/10/02}^{01/04/03}$$






- IV. o Bônus apurado com base nas demonstrações financeiras relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2002 será pago em 1º de outubro de 2002, e os Bônus apurados com base nas demonstrações financeiras relativas aos trimestres encerrados em 30 de junho de 2002 e 30 de setembro de 2002 serão pagos em 1º de abril de 2003.

Debêntures da segunda série:

- I. o Bônus eventualmente devido com base nas demonstrações financeiras relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2002 será calculado através da aplicação da taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano, base 252 dias, considerando o número de dias (n) entre 1º de janeiro de 2002 e 1º de abril de 2002, incidente sobre o Valor Nominal das Debêntures da segunda série, atualizado de acordo com as disposições da Cláusula 5.4.2 acima, acrescido da Remuneração da Segunda Série (PU) em 1º de abril de 2002. O valor do Bônus apurado em 1º de abril de 2002 será atualizado pelos mesmos critérios de atualização monetária e Remuneração da Segunda Série (FR) durante o Primeiro Período de Remuneração da Segunda Série, desde 1º de abril de 2002 até 1º de outubro de 2003 (passando a ser divulgado para efeito de cálculo do PU somente a partir de 1º de junho de 2002), de acordo com a seguinte fórmula:

$$BÔNUS_{01/01/02}^{31/03/02} = \left\{ \left[\left(1,005^{n/252} \right) - 1 \right] \times PU_{01/04/02} \right\} \times FR_{01/04/02}^{01/10/03}$$

- II. o Bônus eventualmente devido com base nas demonstrações financeiras relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2002 será calculado através da aplicação da taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano, base 252 dias, considerando o número de dias úteis (n) entre 1º de abril de 2002 e 1º de julho de 2002, incidente sobre o Valor Nominal das Debêntures da segunda série, atualizado de acordo com as disposições da Cláusula 5.4.2 acima, acrescido da Remuneração da Segunda Série (PU) em 1º de julho de 2002. O PU em 1º de julho de 2002 para efeito do cálculo dos Bônus relativos ao segundo trimestre de 2002 não deverá contemplar o valor do Bônus referente ao primeiro

   26  

Cartório de Imóveis

2º Oficial
Conselho de Cartório - Ba.
Mário Campos Sarlo
Oficial

trimestre de 2002. O valor do Bônus apurado em 1º de julho de 2002 será atualizado pelos mesmos critérios de atualização monetária e Remuneração da Segunda Série (FR) durante o Primeiro Período de Remuneração da Segunda Série, desde 1º de julho 2002 até 1º de outubro de 2003 (passando a ser divulgado para efeito de cálculo do PU somente a partir de 1º de setembro de 2002), de acordo com a seguinte fórmula:

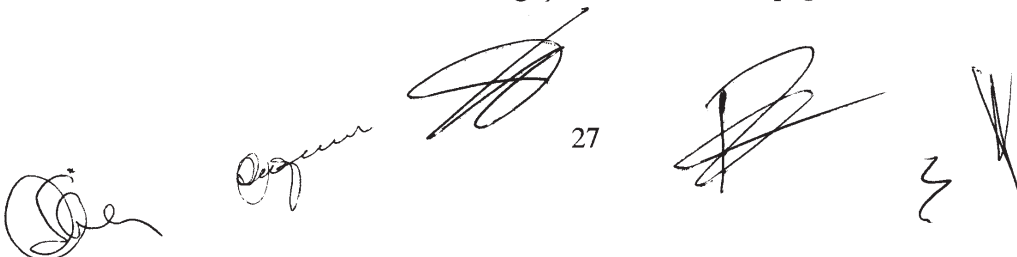
$$BÔNUS_{01/04/02}^{30/06/02} = \left\{ \left[(1,005^{n/252}) - 1 \right] \times PU_{01/07/02} \right\} \times FR_{01/07/02}^{01/10/03}$$

- III. o Bônus eventualmente devido com base nas demonstrações financeiras relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2002 será calculado através da aplicação da taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano, base 252 dias, considerando o número de dias úteis (n) entre 1º de julho de 2002 e 1º de outubro de 2002, incidente sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série, atualizado de acordo com as disposições da Cláusula 5.4.2 acima, acrescido da Remuneração da Segunda Série (PU) em 1º de outubro de 2002. O PU em 1º de outubro de 2002 para efeito do cálculo do Bônus relativo ao terceiro trimestre de 2002 não deverá contemplar o valor dos Bônus referentes ao primeiro e segundo trimestres de 2002. O valor do Bônus apurado em 1º de outubro de 2002 será atualizado pelos mesmos critérios de atualização monetária e Remuneração da Segunda Série (FR) durante o Primeiro Período de Remuneração da Segunda Série, desde 1º de outubro de 2002 até 1º de outubro de 2003 (passando a ser divulgado para efeito de cálculo do PU somente a partir de 1º de dezembro de 2002), de acordo com a seguinte fórmula:

$$BÔNUS_{01/07/02}^{30/09/02} = \left\{ \left[(1,005^{n/252}) - 1 \right] \times PU_{01/10/02} \right\} \times FR_{01/10/02}^{01/10/03}$$

- IV. o Bônus apurado com base nas demonstrações financeiras relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2002, 30 de junho de 2002 e 30 de setembro de 2002 serão pagos em 1º de outubro de 2003.

- 7.4 Ocorrendo o disposto na Cláusula 7.3 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado da data de divulgação das demonstrações financeiras da Emissora referentes aos trimestres encerrados em 31 de março de 2002, 30 de junho de 2002, e 30 de setembro de 2002, anúncio nos termos da Cláusula 3.21 acima informando a ocorrência do evento e a obrigação da Emissora de pagar o Bônus.



Cartório de Imóveis
2ª. Ofício
Comarca de Camaçari - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial






- 7.5 Os limites e índices previstos na Cláusula 7.1 acima serão apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora em cada uma das datas ali determinadas, a serem preparadas e entregues pela Emissora ao Agente Fiduciário de acordo com o disposto nas alíneas (a), (b) e (c) do inciso I da Cláusula 8.1 abaixo.

VIII

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

- 8.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:


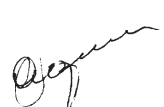



- I. fornecer ao Agente Fiduciário:
- (a) cópia das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas a cada exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo Instrução CVM n.º 247, de 27 de março de 1996 ("Instrução CVM n.º 247") e demais normas de consolidação emitidas pela CVM), explicitando as rubricas necessárias à apuração dos limites e índices a que se refere a Cláusula 7.1 acima, e declaração de que a Emissora está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração de tais limites e índices, no prazo de até 90 (noventa) dias do término do respectivo exercício social;
 - (b) cópia das demonstrações financeiras consolidadas, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas a cada primeiro semestre de seu exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM n.º 247 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM), explicitando as rubricas necessárias à apuração dos limites e índices a que se refere a Cláusula 7.1 acima, e declaração de que a Emissora está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração de tais limites e índices, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término do respectivo semestre;
 - (c) cópia de suas demonstrações financeiras trimestrais consolidadas não auditadas referentes aos trimestres encerrados em 31 de março e 30 de setembro de cada ano (*i.e.*, os trimestres

   28  

Cartório de Imóveis
28.º Ofício
Carter, C. Canaã, Ba.
Márcio Campos Sarlo
Oficial

não cobertos pelas demonstrações financeiras mencionadas nas alíneas (a) e (b) acima), preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM n.º 247 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM), explicitando as rubricas necessárias à apuração dos limites e índices a que se refere a Cláusula 7.1 acima, juntamente com declaração subscrita por diretores da Emissora afirmando que as demonstrações financeiras trimestrais apresentadas refletem fielmente a situação econômica e financeira da Emissora e de suas subsidiárias naquela data e que a Emissora está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, acompanhada de relatório demonstrando a apuração de tais limites e índices, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contado data de encerramento do respectivo trimestre, sendo certo entretanto que as demonstrações financeiras trimestrais consolidadas não auditadas referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2002 e 30 de setembro de 2002 deverão incluir, ainda, os períodos entre 1º de abril de 2001 e 31 de dezembro de 2001 e 1º de outubro de 2001 e 31 de dezembro de 2001, respectivamente;


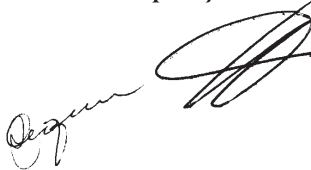


- (d) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 ("Instrução CVM n.º 202/93"), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- (e) avisos aos debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Emissora, assim como atas de assembleias de acionistas e de reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (f) informações sobre alterações (i) estatutárias ocorridas na Emissora; e (ii) de titularidade de ações de emissão da Emissora, para os fins previstos nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da data da respectiva alteração;
- (g) informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão e de quaisquer acordos de acionistas

   29  

Cartório de Imóveis
200 Ofício
Comarca de Ilhéus - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

da Emissora arquivados em sua sede, além de quaisquer contratos relevantes à sua respectiva atividade, de que a Emissora seja parte, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da data do descumprimento;

- (h) informações sobre ocorrência do previsto nas Cláusulas 3.16 e 3.22 acima, para que o Agente Fiduciário tome as providências cabíveis, especialmente as previstas na Cláusula 3.16.1 acima, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data de ocorrência do respectivo evento;
- (i) qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da data da respectiva solicitação;
- (j) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (k) relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações sobre as operações de proteção contra riscos financeiros (*hedge*) contratadas por força do disposto no inciso XIII abaixo (i) tipo de operação contratada; (ii) contraparte; (iii) valores; e (iv) vencimentos, juntamente com as demonstrações financeiras a que se referem as alíneas (a) a (c) do inciso I acima, sendo que o relatório referente ao período que se encerrar em 31 de dezembro deverá ser auditado por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (l) relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações sobre as Operações de Crédito contratadas nos termos do inciso XIV abaixo (i) tipo de operação contratada; (ii) contraparte; (iii) valores e remuneração; e (iv) vencimentos, juntamente com as demonstrações financeiras a que se referem as alíneas (a) a (c) do inciso I acima, sendo que o relatório referente ao período que se encerrar em 31 de dezembro deverá ser auditado por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (m) declaração subscrita por diretores da Emissora, juntamente com todos os elementos necessários para que o Agente Fiduciário possa verificar as informações prestadas, atestando que a Emissora, na data de efetivação de quaisquer das operações previstas no inciso XXI abaixo, e já considerando os efeitos que tal operação venha a ter nas demonstrações financeiras e

  30  

Cartório de Imóveis
2º Oficial
Comarca de Camaçari - Ba.
Maise Campos Sario
Oficial

resultados da Emissora, está em cumprimento dos limites e índices previstos na Cláusula 7.1 acima, tomando-se por parâmetro o limite aplicável ao trimestre em que a operação objeto da declaração tornar-se efetiva, na mesma data de publicação do respectivo fato relevante ou, se a operação não for objeto de publicação de fato relevante, na data em que se tornar efetiva, para conferência e aprovação, sendo que a declaração referente ao período que se encerrar em 31 de dezembro deverá ser auditado por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

- (n) notificação comunicando a venda de bens de seu ativo permanente (incluindo participações em outras empresas ou empreendimentos) abrangidos pelas disposições dos incisos XV e XVIII abaixo, e, para os fins do inciso XVIII desta Cláusula, indicando a destinação a ser dada a tais recursos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da respectiva alienação;
 - (o) para os fins do inciso I da Cláusula 7.2 acima, cópia da escritura de emissão das debêntures ali mencionada, devidamente registrada, na mesma data em que forem subscritas;
- II. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
 - III. submeter, anualmente, a presente emissão de Debêntures à revisão e avaliação por, pelo menos, *Standard & Poor's* e *Fitch*, disponibilizando ao Agente Fiduciário cópia dos relatórios que vierem a ser emitidos por tais agências classificadoras no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da data de seu recebimento pela Emissora;
 - IV. efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as demonstrações financeiras consolidadas previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM n.º 207, de 1º de fevereiro de 1994;
 - V. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 9.2.6 abaixo;
 - VI. estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente

Cartório de Imóveis
Com. de Reg. do Ofício
Cadastr. Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para que preste esse serviço;

- VII. contratar as empresas classificadoras de risco *Standard & Poor's* e *Fitch* para realizar revisão da classificação de risco da presente emissão de Debêntures e da Emissora sempre que a Emissora realizar qualquer das operações previstas no inciso XXI desta Cláusula, devendo os respectivos relatórios de avaliação e classificação de risco serem enviados ao Agente Fiduciário na data de publicação do respectivo fato relevante ou, se a operação não for objeto de publicação de fato relevante, na data em que se tornar efetiva;
- VIII. não (a) firmar, ou permitir que sejam firmados, acordos, contratos ou instrumentos, incluindo acordos de acionistas; e/ou (b) renovar, ou permitir que sejam renovados, acordos, contratos ou instrumentos, incluindo acordos de acionistas, cujos termos sejam de qualquer forma contraditórios ou inconsistentes com os termos e condições desta Escritura de Emissão;
- IX. não pagar dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação em lucros, em valores individuais ou agregados superiores ao mínimo previsto em lei, no estatuto social da Emissora e em seus acordos de acionistas em vigor nesta data, limitados, em qualquer caso, ao máximo de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício ou 6% (seis por cento) do valor unitário das ações preferenciais classe A e classe B da Emissora, obtido por meio da divisão do capital social da Emissora pelo total de ações em circulação, conforme previsto no estatuto social da Emissora, o que for maior;
- X. manter todos os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- XI. não realizar operação, negócio ou atividade não contemplado em seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes;
- XII. manter uma política comercial eqüitativa de preços, prazos e demais condições para com seus clientes e fornecedores, independentemente de relações societárias, observando as condições específicas de produto em seu respectivo mercado;
- XIII. a partir da Data de Emissão e enquanto existir Debêntures em circulação, adotar políticas de proteção contra riscos financeiros cambiais, por meio de instrumentos financeiros de livre escolha da

Cartório de Imóveis
2º Oficial
Comarca de Campos - Ba.
Márcia Campos Sarlo
Oficial

Emissora, compatível com suas obrigações e direitos vinculados à variação cambial e considerando a situação econômica da Emissora e do país vigentes à época ("hedge cambial"), devendo, em qualquer caso, manter, a partir da Data de Emissão, operações de *hedge* cambial que assegurem a plena cobertura de riscos cambiais equivalente à soma de, pelo menos (i) 60% (sessenta por cento) do valor de principal e de juros devidos pela Emissora em operações de comércio exterior, conforme as mais recentes demonstrações financeiras consolidadas disponíveis da Emissora (elaboradas segundo os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil), vencíveis nos 12 (doze) meses imediatamente subsequentes, de forma contínua, excluídas (a) as operações de adiantamentos a contratos de câmbio (ACCs) de prazo inferior a 6 (seis) meses; e (b) as operações de adiantamentos a contratos de exportação (ACEs); e (ii) 75% (setenta e cinco por cento) do valor de principal e de juros devidos pela Emissora em suas demais obrigações vinculadas, de qualquer forma, à variação cambial, conforme as mais recentes demonstrações financeiras consolidadas disponíveis da Emissora (elaboradas segundo os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil), vencíveis nos 12 (doze) meses imediatamente subsequentes, de forma contínua; menos (iii) disponibilidades vinculadas à variação cambial, assim entendidos os investimentos da Emissora vinculados à variação cambial e os créditos da Emissora à receber por exportações efetuadas;

XIV. não celebrar, na qualidade de mutuante, contratos de empréstimo em dinheiro, ou de qualquer forma repassar ou emprestar recursos financeiros a acionistas, ou entidades ligadas e/ou coligadas, diretas ou indiretas, da Emissora, (incluindo por meio de assunções de dívidas ou compromissos, adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFACs"), aumentos de capital e aquisição de ações resgatáveis) que, para os fins deste inciso, são doravante denominadas simplesmente "Operações de Crédito", ressalvadas as operações entre a Emissora e:

- (A) empresas que a Emissora controle com menos de 100% (cem por cento) do capital social, até o limite equivalente a 30% (trinta por cento) do EBITDA da Emissora. Para os fins desta alínea, considera-se EBITDA da Emissora o resultado operacional não consolidado da Emissora antes de despesas financeiras, tributárias, de depreciação e amortização, ao longo dos últimos 12 (doze) meses cobertos pelas mais recentes demonstrações financeiras não consolidadas disponíveis da Emissora (elaboradas segundo os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil), somado aos dividendos e juros

Cartório de Imóveis

200 Ofício
Comarca de Camamu - Ba.
Maise Campos Sario
Oficial

sobre capital próprio distribuídos à Emissora por empresas em que a Emissora participe ("EBITDA da Emissora"). Em caso de incorporações, pela Emissora, de outras empresas do setor petroquímico, incluindo empresas de participações, que a Emissora controle com menos de 100% (cem por cento) do capital social, o limite de 30% (trinta por cento) do EBITDA da Emissora aqui fixado poderá ser excedido para até 60% (sessenta por cento) do EBITDA da Emissora, observado, entretanto, que tal limite deverá ser restabelecido para o limite original de 30% (trinta por cento) do EBITDA da Emissora em até 6 (seis) meses contados da data em que o excesso ocorrer; e

- (B) empresas que a Emissora controle com 100% (cem por cento) do capital social total, ou seja titular de usufruto de 100% (cem por cento) das ações e que garanta a Emissora o exercício pleno e incondicional dos direitos de acionistas inerentes a tais ações, desde que, concomitantemente à contratação da Operação de Crédito, a empresa receptora de recursos em tais Operações de Crédito emita, em favor dos debenturistas, carta de fiança substancialmente nos termos do Anexo I a esta Escritura de Emissão, declarando-se devedora solidária e assumindo a obrigação de pagar a dívida da Emissora decorrente das Debêntures, até o limite apurado pela multiplicação (i) da proporção que o saldo devedor das Debêntures representar do resultado do somatório do saldo devedor das Debêntures e do saldo devedor do Contrato de Pré-Pagamento pelo (ii) total dos recursos recebidos da Emissora nos termos da respectiva Operação de Crédito contratadas a partir desta data ("Limite da Fiança"), e até a data de liquidação da respectiva Operação de Crédito, de forma que a empresa receptora de recursos em Operações de Crédito seja sempre solidariamente responsável com a Emissora pelo pagamento de recursos devidos aos debenturistas até o Limite da Fiança;

observado, ainda, que em ambos os casos, quando se tratar de Operações de Crédito que não as de aumento de capital mediante subscrição de ações não resgatáveis, os respectivos contratos atendam, cumulativamente, as seguintes características (i) sejam contratadas com prazo de vencimento inferior a 1 (um) ano, vencendo-se, entretanto, em qualquer caso dentro do Período de Remuneração em que for contratado; (ii) sejam contratadas à taxas de juros compatíveis com as taxas de juros praticadas no mercado na ocasião de sua contratação; (iii) não sejam, com exceção de AFACs,

Cartório de Imóveis2ª. Oficial
Comarca de Camaçari - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

de qualquer forma, conversíveis ou permutáveis em ações ou capitalizáveis no capital da devedora; e (iv) não sejam, de qualquer forma, subordinados aos demais credores quirografários da empresa receptora de recursos em tais Operações de Crédito (ressalvados aqueles credores que por disposição legal tenham privilégios em caso de concurso de credores);

- XV. salvo decisão em contrário de debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, reunidos em assembléia convocada especialmente para esse fim, aplicar (ou fazer com que sejam aplicados) no resgate antecipado das Debêntures de acordo com as disposições da Cláusula 3.14 acima parte dos recursos recebidos, direta ou indiretamente, com (i) a venda voluntária de participações acionárias detidas direta ou indiretamente pela Emissora que tiverem sido adquiridas no contexto do leilão de venda das ações de emissão da Econômico S.A. Empreendimentos – Em Liquidação Extrajudicial (ou de ativos detidos por tais empresas) ("Ativos Nordeste"); e/ou (ii) a venda de participações acionárias detidas direta ou indiretamente pela Emissora (ou de ativos detidos por tais empresas), incluindo os Ativos Nordeste, que vierem a ser efetuadas em cumprimento de decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, ou qualquer outro órgão regulador ou, ainda, em decorrência de decisão judicial, em montante correspondente à proporção que o saldo devedor das Debêntures representar do resultado do somatório do saldo devedor das Debêntures e do saldo devedor do Contrato de Pré-Pagamento;
- XVI. manter e fazer que suas controladas e/ou coligadas mantenham todas as licenças operacionais, ambientais, de funcionamento e demais licenças necessárias à consecução e desenvolvimento de seus objetos sociais;
- XVII. não reduzir seu capital, efetuar operações de resgate ou recompra de suas ações, distribuir reservas legais ou estatutárias, ou realizar qualquer outra operação que tenha o efeito de distribuir aos acionistas recursos da Emissora de forma outra que as previstas no inciso IX acima e observado os limites ali fixados, sendo facultado a Emissora, entretanto, realizar operações de recompra e de revenda de ações de sua própria emissão de acordo com a legislação vigente, desde que o montante de ações de sua emissão mantidas em tesouraria a qualquer tempo não exceda 5% (cinco por cento) das ações de emissão da Emissora em circulação;

Cartório de Imóveis
2º Ofício
Comarca de Curitiba
Maise Cartório Sario
Oficial

XVIII. aplicar, obrigatoriamente, os recursos recebidos em qualquer período de 12 (doze) meses com vendas de bens integrantes de seu ativo permanente (com exceção das alienações mencionadas no inciso XV acima, que terão o tratamento ali previsto) de valor igual ou superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), atualizado anualmente, a partir desta data, pelo IGP-M, conforme as últimas demonstrações financeiras da Emissora disponibilizadas ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, da seguinte forma (a) integralmente, na aquisição de bens de mesmo valor, que irão integrar o ativo permanente da Emissora, desde que nas hipóteses de aquisição de ativos imobilizados, tais aquisições ocorram dentro do prazo de até 3 (três) meses contado da data da respectiva alienação e, nas hipóteses de aquisição de participações acionárias, a Emissora assine documento vinculante de compra dentro desse mesmo prazo; ou (b) salvo decisão em contrário de debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, reunidos em assembléia convocada especialmente para esse fim, a parcela correspondente à proporção que o saldo devedor das Debêntures representar do resultado do somatório do saldo devedor das Debêntures e do saldo devedor do Contrato de Pré-Pagamento, no resgate antecipado das Debêntures de acordo com as disposições da Cláusula 3.14 acima;

XIX. não criar ou permitir a existência de qualquer Garantia outra que as Garantias Permitidas (conforme definido abaixo), seja sobre a totalidade ou parte de empreendimento ou ativos de sua propriedade, presentes ou futuros (inclusive sobre capital subscrito, incluindo quotas ou ações, e não integralizado), destinada a garantir suas Dívidas (conforme definido abaixo), qualquer de suas Obrigações (conforme definido abaixo) ou Dívidas ou Obrigações de outra Pessoa (conforme definido abaixo) caso o montante a ser garantido, agregado a todos os demais montantes garantidos naquela ocasião, exceda a qualquer tempo o equivalente a 35% do valor contábil (líquido, após deduzidas depreciações e amortizações) de todos os ativos permanentes da Emissora (de forma não consolidada), conforme as últimas demonstrações financeiras da Emissora disponibilizadas ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão ("Limite para Garantias"), sem que, na mesma ocasião, garanta as Debêntures de forma satisfatória ao Agente Fiduciário ou ofereça outra garantia que seja considerada pelo Agente Fiduciário, a seu exclusivo critério, como igualmente vantajosa aos debenturistas, conforme aprovado pelos debenturistas reunidos em assembléia e, ainda, desde que a Garantia não recaia sobre bens do ativo circulante da Emissora (de forma não

Cartório de Imóveis

200 Ofício
Comarca de Cabacanga - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial


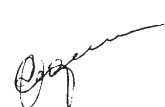



consolidada), conforme as últimas demonstrações financeiras da Emissora disponibilizadas ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, de valor contábil superior ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) do montante correspondente ao Limite para Garantias.

Para os fins dessa cláusula, entende-se por:

"Obrigações": qualquer obrigação de uma Pessoa de pagar Dívida de outra incluindo, mas não se limitando, a (i) obrigação de pagar ou assumir tal Dívida; (ii) obrigação de conceder um empréstimo ou adquirir ou subscrever ações ou valores mobiliários, de adquirir ativos ou serviços de modo a gerar fundos para o pagamento de tal Dívida; (iii) uma indenização decorrente de inadimplência no pagamento de tal Dívida; ou (iv) qualquer acordo que estipule a responsabilidade dessa Pessoa pelo pagamento de tal Dívida.

"Dívida": qualquer obrigação, presente ou futura, real ou contingente, de pagar ou reembolsar quantia tomada em empréstimo, incluindo por meio de aceite ou arrendamento mercantil. A Dívida em moeda estrangeira deve ser convertida em reais para que se possa determinar o valor da Dívida em aberto, utilizando-se para tanto a taxa de compra de câmbio publicada pelo Banco Central do Brasil, real ou aproximada (apurada com base em determinação ou aprovação dos auditores da Emissora), vigente no dia útil imediatamente anterior à data do cálculo.

"Garantias Permitidas": (i) Garantia existente em 31 de agosto de 2001; (ii) Garantia que recaia sobre a totalidade ou parte de qualquer propriedade, ativo (inclusive sobre ações) ou receitas para assegurar o pagamento de Dívidas (a) incorridas exclusivamente com o propósito de possibilitar o financiamento da aquisição, construção ou instalação de tais bens, desde que incorridas em até 120 dias contados da data de finalização de tal aquisição, construção ou instalação; ou (b) existentes na data de tal aquisição; (iii) Garantia que recaia sobre a totalidade ou parte de qualquer propriedade, ativo (inclusive sobre ações) ou receitas de empresas que venham a ser incorporadas pela Emissora; (iv) Garantias constituídas nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Pré-Pagamento; e (v) qualquer prorrogação, renovação ou substituição, total ou parcial, de quaisquer das Garantias descritas nos itens (i), (ii) (iii) e (iv) acima, desde que (x) a referida prorrogação, renovação ou substituição seja limitada ao bem objeto da Garantia sendo prorrogada, renovada ou substituída; e (y) o principal da Dívida garantida não seja aumentado.

   37  

Cartório de Imóveis
20 Ofício
Compartilhado com a Ba.
Maise Campos Sarlo
Oscari

"Pessoa": qualquer indivíduo, empresa, sociedade, *joint venture*, associação, organização, Estado, agência estatal ou outra entidade, independentemente de possuir personalidade jurídica distinta.

"Garantia": hipoteca, penhor ou qualquer outro ônus, gravame ou direito de garantia equivalente, incluindo alienação fiduciária, criado ou existente de acordo com a legislação aplicável.

"ação" ou "ações" ou "participação acionária": com relação a qualquer Pessoa, fazem referência a ações representativas de capital social de propriedade dessa Pessoa, inclusive ações preferenciais;

- XX. não efetuar pagamentos, seja a que título for, inclusive em decorrência de resgates, aquisições ou amortizações antecipadas, aos eventuais titulares das debêntures subordinadas a que se refere o inciso I da Cláusula 7.2 acima, enquanto existirem Debêntures em circulação e obrigações a serem cumpridas no Contrato de Pré-Pagamento;
- XXI. a Emissora, ou qualquer controlada ou coligada da Emissora, direta ou indireta, não poderá vender ou de outro modo alienar ou transferir, todos os seus ativos permanentes, ou parcela substancial dos mesmos, ou deixar de conduzir todos os seus negócios ou parcela substancial dos mesmos, como vêm sendo atualmente conduzidos, ou proceder à cisão, incorporação ou fusão com qualquer outra sociedade, adquirir parcela substancial de ativos de outra sociedade, ou participar no capital social de qualquer sociedade, sob qualquer forma, seja por aquisição ou subscrição de participação societária ou qualquer título ou valor mobiliário conversível em participação societária se, em quaisquer desses casos, as classificações de risco desta emissão de Debêntures e/ou da Emissora (*rating*) na Data de Emissão, conforme determinado pelas empresas classificadoras de risco *Standard & Poor's* ou *Fitch*, forem rebaixadas, a qualquer tempo, além de 2 (dois) níveis de classificação (*notchs*) e/ou deixem de ser consideradas de baixo risco de crédito (*investment grade*). Para os fins deste inciso a venda ou aquisição de ativos permanentes em valor igual ou superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões), atualizados anualmente, a partir desta data, pelo IGP-M, ou conjunto de ativos alienados ou adquiridos em qualquer período de 12 (doze) meses cujo valor da transação seja superior a tal limite, conforme as últimas demonstrações financeiras da Emissora disponibilizadas ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, será considerada venda ou aquisição de parcela substancial de ativos; e

Cartório de Imóveis

2º Ofício
Comarca de Curitiba - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

XXII. não realizar operações de reestruturação societária, incluindo fusões, cisões e incorporações, que resultem no descumprimento das obrigações previstas na Cláusula 7.1 acima.

IX**DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

9.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto da presente Escritura de Emissão Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos debenturistas perante a Emissora, declarando, sob as penas da lei:

- I. não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, e todas as suas cláusulas e condições; e
- IV. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983.

9.1.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição e/ou vencimento das Debêntures.

9.2 Será devido ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei, desta Escritura de Emissão, uma remuneração paga em parcelas semestrais de R\$5.000,00 (cinco mil reais) cada uma, vencendo-se a primeira parcela no quinto dia útil após a publicação do segundo anúncio de início de distribuição e as demais a cada seis meses, sendo que a remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

Cartório de Imóveis

2º Ofício
Comarca de Salvador-Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

- 9.2.1 A remuneração do Agente Fiduciário referida nesta Cláusula não inclui as despesas a que se refere a Cláusula 9.2.6 abaixo.
- 9.2.2 Na hipótese desta Escritura de Emissão vir a ser aditada com inclusão de novas obrigações para o Agente Fiduciário, a remuneração será revista de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário.
- 9.2.3 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração anual recebida e aquela a que fez jus.
- 9.2.4 As parcelas da remuneração anual do Agente Fiduciário serão atualizadas anualmente pelo IGP-M, ou na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão.
- 9.2.5 A remuneração será acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 9.2.6 A Emissora obriga-se a efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário, necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma desta Cláusula, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, despesas relacionadas com:
- I. publicação de relatórios, avisos e notificações previstas nesta Escritura de Emissão, e outras publicações que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - II. extração de certidões;
 - III. viagens, incluindo custos razoavelmente incorridos com transporte, hospedagem e alimentação;

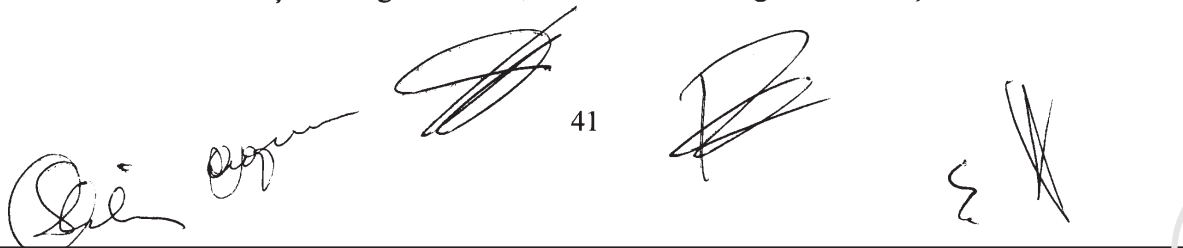
Cartório de Imóveis2º Oficial
Comarca de Camamu - Ba.
Maíra Campos Sarlo
Oficial

- IV. procedimentos judiciais ou administrativos promovidos pelo Agente Fiduciário para resguardar os interesses dos debenturistas; e
- V. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

9.2.7 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas necessárias com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pela Emissora e, em caso de inadimplemento de pagamento desta, previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas para posterior ressarcimento, pela Emissora, conforme previsto no parágrafo 5º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos judiciais, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios, depósitos judiciais e custas e taxas judiciárias decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.2.8 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

9.3 Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá então à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de substituição. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:



41

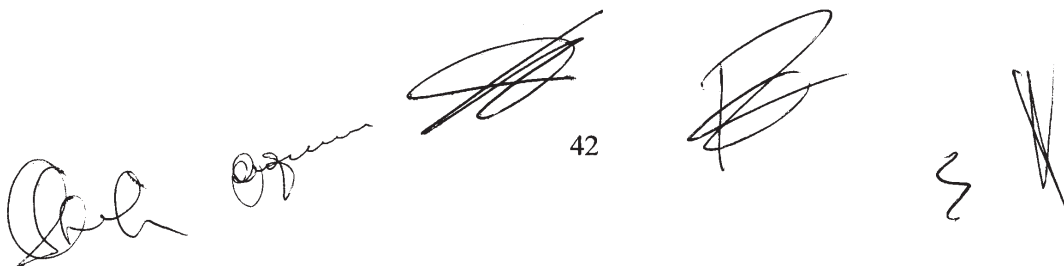
Cartório de Imóveis

29.º Oficial
Comarca de Camacari - Ba.
Maisé Campos Sarlo
Oficial

- I. nos casos de vacância, mediante nomeação pela Emissora e aprovação dos debenturistas, e-aditamento à presente Escritura de Emissão;
- II. é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- III. a substituição do Agente Fiduciário fica condicionada à comunicação prévia à CVM;
- IV. em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário;
- V. as condições de remuneração do Agente Fiduciário substituto, incluindo, montante, modo de atualização, periodicidade e condições de pagamento serão aquelas previstas nesta Cláusula para o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma da Cláusula 3.21 acima; e
- VI. serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.

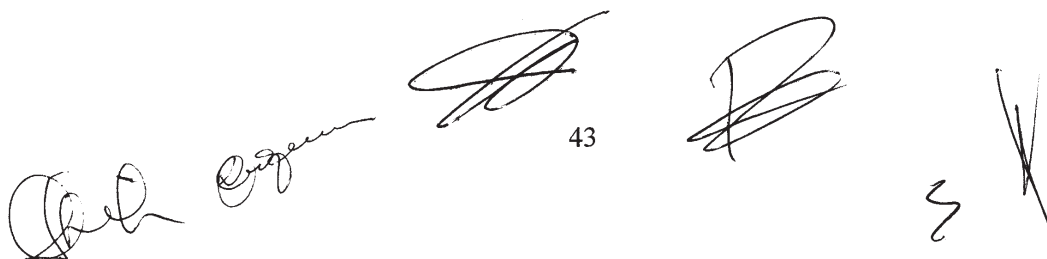
9.4 São deveres do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;



Cartório de Imóveis
2º Oficial
Comarca de Camaçari - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n. 6.404/76;
- VII. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VIII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- IX. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- X. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- XI. verificar a regularidade da constituição da garantia flutuante, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- XII. solicitar, a cada 6 (seis) meses, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas e necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, relativas à Emissora;
- XIII. solicitar, quando houver indícios que justifiquem, auditoria extraordinária na Emissora;
- XIV. convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, por meio de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- XV. comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;








Cartório de Imóveis
2008 Ofício
Comarca de Camaçari-Ba.
Maise Campos Sario
Oficial

XVI. elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, pagamento do Valor Nominal, de Remuneração, de Bônus e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora, nesta Escritura de Emissão e ocorrência de qualquer dos eventos previstos na Cláusula 3.22 acima; e
- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;






XVII. colocar o relatório de que trata o inciso XVI acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;

   44  

Cartório de Imóveis
2º Ofício
Comarca de Tamoiara - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

- (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;-
 - (c) na CVM;
 - (d) na Bovespa; e
 - (e) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures;
- XXVIII. publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XVI acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVII acima;
- XIX. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
- XX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informando prontamente aos debenturistas, nos termos do inciso XXVII abaixo, as eventuais inadimplências verificadas;
- XXI. verificar, trimestralmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da data de recebimento de demonstrações financeiras da Emissora a que se referem os incisos (a), (b) e (c) do inciso I da Cláusula 8.1 acima, se a Emissora está cumprindo a obrigação de manter os limites e índices financeiros previstos no Capítulo VII acima, informando prontamente aos debenturistas, nos termos do inciso XXVII abaixo, as eventuais inadimplências verificadas;
- XXII. verificar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da data de recebimento do relatório a que se refere a alínea (k) do inciso I da Cláusula 8.1 acima, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no inciso XIII da Cláusula 8.1 acima, informando prontamente aos debenturistas, nos termos do inciso XXVII abaixo, as eventuais inadimplências verificadas;
- XXIII. verificar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da data de recebimento do relatório a que se refere a alínea (l) do inciso I da Cláusula 8.1 acima, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no inciso XIV da Cláusula 8.1 acima, informando prontamente aos debenturistas, nos termos do inciso XXVII abaixo, as eventuais inadimplências verificadas;

   45  

Cartório de Imóveis
2º Oficial
Comarca de Camaçari - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

XXIV.verificar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da data de recebimento da declaração e dos demais documentos a que se refere a alínea (m) do inciso I da Cláusula 8.1 acima, o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na Cláusula 7.1 acima, informando prontamente aos debenturistas, nos termos do inciso XXVII abaixo, as eventuais inadimplências verificadas,

XXV.comunicar aos debenturistas, nos termos do inciso XXVII abaixo, o recebimento de quaisquer comunicações a serem enviadas pela Emissora ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão

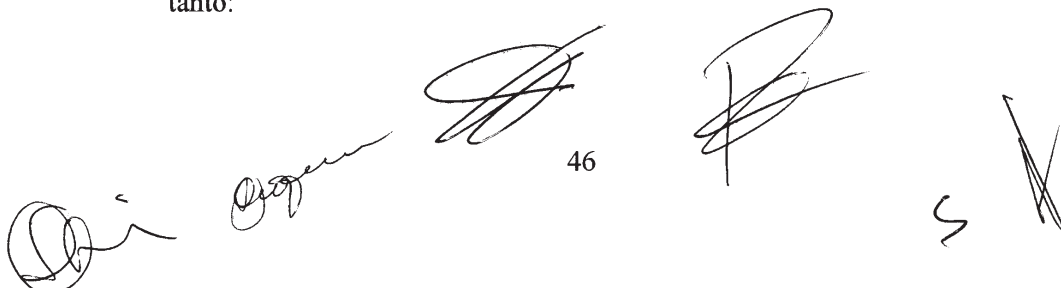
XXVI.verificar, para os fins do inciso I da Cláusula 7.2 acima, se a escritura de emissão de debêntures recebida da Emissora nos termos da alínea (o) do inciso I da Cláusula 8.1 acima atende às condições ali previstas;

XXVII.notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou, ou, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar, deveria ter tomado, conhecimento, de qualquer inadimplemento pela Emissora, de qualquer obrigação assumida nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (a) à CVM;
- (b) à Bovespa; e
- (c) à Emissora,

XXVIII.coordena o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, inutilizando os certificados correspondentes às Debêntures resgatadas.

- 9.5 No caso de inadimplemento da Emissora de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 3.22 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

 46

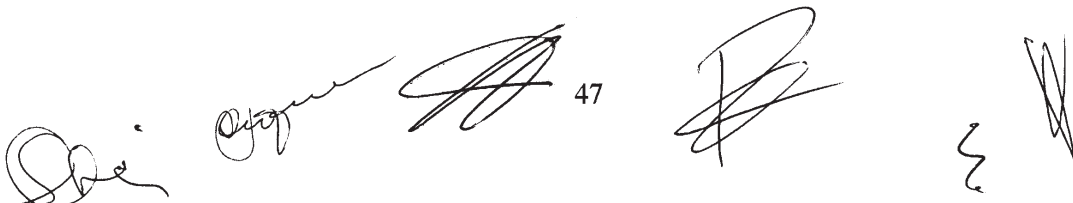
Cartório de Imóveis
2º Ofício
Comarca de Cametá/PA
Maíse Campos Sarlo
Oficial

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 3.22 e 3.22.1 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
 - II. requerer a falência da Emissora;
 - III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e
 - IV. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da Emissora.
- 9.5.1 Observado o disposto nas Cláusulas 3.22 e 3.22.1 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III da Cláusula 9.5 acima se, convocada a assembléia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos debenturistas em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 9.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

X

DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 10.1 Os titulares das Debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 10.2 A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.
- 10.3 Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.
- 10.4 A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 10.5 Ressalvadas as disposições expressas previstas nesta Escritura de Emissão ou em lei, e salvo no que se refere a modificações dos *quorums* para aprovação de determinadas matérias previstas nesta Escritura de Emissão, que dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3



47

Cartório de Imóveis

20.º Ofício
Comarca de Camaçari - Ba.
Mário Campos Sarlo
Oficial

(dois terços) das Debêntures em circulação, as demais deliberações a serem tomadas em assembléia geral de debenturistas dependerão da aprovação da maioria absoluta de votos dos debenturistas presentes na assembléia, excluindo-se, em qualquer caso, para efeito de quorum, os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora ou qualquer de suas controladoras, controladas, subsidiárias ou coligadas, diretas e indiretas, ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.

- 10.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias dos debenturistas.
- 10.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

XI

DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

11.1 A Emissora neste ato declara que:

- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;
- III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- IV. os termos desta Escritura de Emissão (a) não implicam o inadimplemento da Emissora em qualquer contrato ou documento do qual a Emissora seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora esteja sujeita; ou (c) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face da Emissora, em vigor nesta data;
- V. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações exequíveis, válidas e eficazes da Emissora;
- VI. está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária,

Cartório de Imóveis
2º Ofício
Comarca de Camaragibe - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

inclusive no que se refere ao pagamento da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social COFINS e ao recolhimento das contribuições devidas, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS e ao Fundo de Participação do Programa de Integração Social PIS e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, ressalvadas àquelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativas e/ou judiciais ou cujo descumprimento não possa vir a afetar a capacidade financeira da Emissora.

- 11.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.
- 11.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.1.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

XII

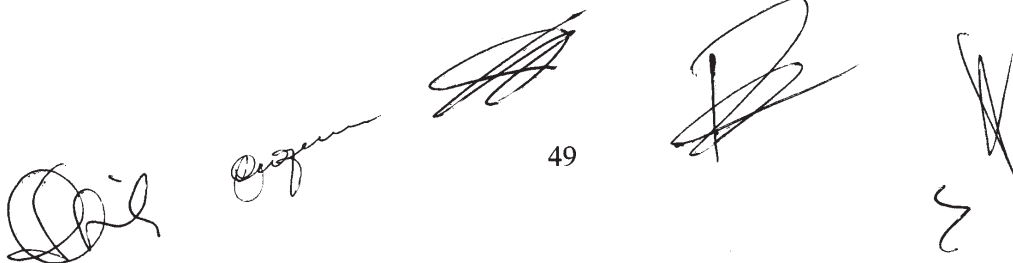
DAS DESPESAS

- 12.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos com o registro e publicação dos atos necessários à colocação das Debêntures da presente emissão, tais como a Escritura de Emissão e a assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora que deliberou sobre esta emissão de Debêntures.

XIII

DAS NOTIFICAÇÕES

- 13.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:



Cartório de Imóveis
2º Ofício
Comarca de Camaçari-Ba
Maise Campos Sario
Oficial

I. para a Emissora:

COPENE – PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A.
Rua Eteno 1561, Pólo Petroquímico
42810-000 Camaçari, Bahia
At.: Sr. Ruy Sampaio
Telefone: (71) 632-5243
Fac-símile: (71) 632-5047

II. para o Agente Fiduciário:

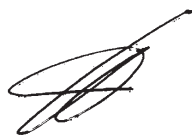
PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA.
Rua Sete de Setembro, 99 – 16º andar
20050-005 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Carlos Alberto Bacha/Sr. Rinaldo Ferreira
Telefone: (21) 2507-1949
Fac-símile: (21) 2507-1773

- 13.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

XIV

DO FORO

- 14.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado da São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.



50



Cartório de Imóveis
2º Ofício
Comarca de Camaçari - Ba.
Maise Campos Sarlo
Oficial

SEGUNDA RERATIFICAÇÃO DE ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS COM GARANTIA FLUTUANTE DA DÉCIMA EMISSÃO DE COPENE – PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A., DATA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 19 de dezembro de 2001

2º Ofício
[Assinatura]

COPENE – PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A.

2º Ofício
[Assinatura]

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

[Assinatura]
HENRIQUE DE QUEIROZ MATTOSO

CPF. 267.539.717 - 15

ID - 2.844.134 JRP.

[Assinatura]
CARLOS ALBERTO BACHA

Phonon

S. 7010 CRE-NJ

606.744.577 53

Testemunhas:

[Assinatura]
Nome: *[Assinatura]*
Id.: 515.734 - SEP-B9

[Assinatura]
Nome: SONILDES CARNEIRO DA SILVA
Id.: 1419634

Cartório do 2º Ofício de Notas, Travessa do Guavidor, 21 F. Centro - Rio de Janeiro. Tabelião: Ney Ribeiro. Reconheço as assinaturas de: HENRIQUE DE QUEIROZ MATTOSO e CARLOS ALBERTO BACHA
No: 22452
Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2001.
Em testemunho da verdade.
Paulo Osias - Substituto

Conf. por: 4.34
20% P. Judiciário: 0.86
Total: 5.20

OFÍCIO DE NOTAS
Substituto PAULO OSIAS
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - RJ
PAULO OSIAS
RECONHECIMENTO DE FIRMA
Rio de Janeiro, RJ
Brasil

OFÍCIO DE NOTAS
Substituto PAULO OSIAS
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - RJ
PAULO OSIAS
RECONHECIMENTO DE FIRMA
Rio de Janeiro, RJ
Brasil

Rec. 1850
Nº 024003
de Lima-Tabelião
Sub-Tabelião Designado
Aut

CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS - DE CAMAÇARI

Protocolado em 20.12.2001

Protocolo 1.º N.º 6605 Matrícula N.º

Registro Geral

Registro Auxiliar Aux 03 Sob nº 123

Avenhação AV-02

Ocorrência

Requisição de Sentença

De Sentença

Camaçari - Ba. 20.12.2001

Flavio Camp Sales - Oficial